

AS CONCEPÇÕES DA EQUIPE GESTORA SOBRE A OPERACIONALIDADE DO PROGRAMA NOVO MAIS EDUCAÇÃO NO COTIDIANO ESCOLAR

Daniela Keyla Gomes da Silva¹
Marcone Pereira de Carvalho²
Nathali Gomes da Silva³

Resumo

O presente trabalho objetivou compreender as concepções da Equipe gestora sobre a operacionalidade do Programa Novo Mais Educação no cotidiano escolar. Para tanto nos apoiamos na temática sobre Gestão Democrática e o Programa Novo Mais Educação. A pesquisa é de abordagem qualitativa e como procedimento o estudo de caso. Como participantes, a gestora, vice-gestora e coordenadora pedagógica de uma escola da Rede Municipal de Recife/PE localizada no bairro de Santo Amaro. Como instrumentos, utilizamos a análise documental e entrevistas semi-estruturadas gravadas em áudio. Os resultados apontaram que a implementação do programa veio sistematizar as atividades que a escola desenvolve, disponibilizando recursos e oportunidade para a ampliação da jornada escolar, com reforço de Língua portuguesa e Matemática e outras oficinas. Essa ampliação de jornada escolar é percebida como um fator importante para o processo de ensino aprendizagem dos alunos, indicando a necessidade de uma formação de caráter integral que possibilite oportunidades aos alunos desenvolverem outras atividades e conhecimentos. Houve uma melhoria na aprendizagem dos alunos apontando avanços expressos nas avaliações externas e nos índices de evasão, distorção e retenção, pois proporcionou ferramentas para atuar de maneira mais bem articulada a fim de pensar e encontrar soluções para essa problemática.

Palavras-Chaves: Equipe Gestora. Gestão Democrática. Programa Novo Mais Educação

1 INTRODUÇÃO

A educação brasileira, segundo Faria (2012), vivencia um panorama bastante complexo: “de um lado, as escolas dispoño de vários modelos de processos de ensino aprendizagem e buscando pelo mais eficiente; de outro, resultados insatisfatórios nas provas internacionais e nacionais de aferição do conhecimento” (p. 27). Esse cenário comprova o não aproveitamento das potencialidades pertinentes aos alunos, desde os seus primeiros anos na vida escolar.

¹ Estudante Concluinte da Graduação em Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco. Dani.gomes.keyla@gmail.com

² Estudante da Graduação em Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco. Marconedicarvalho34@gmail.com

³ Professora do Departº de Administração Escolar e Planejamento Educacional da Universidade Federal de Pernambuco. nathalig8@gmail.com.

Reconhecendo a importância dos anos iniciais na vida educacional dos alunos, e que a escola é o ambiente central para esse desenvolvimento, que o ensino escolarizado pode não ser o suficiente para ensinar tudo o que uma pessoa pode aprender. Logo, necessitamos pensar na escola em “relação estreita com o mundo da cultura e com a sociedade vista de modo abrangente”. (FARIA, 2012, p. 28)

Nesse contexto, em que a educação brasileira ainda não tem alcançado os índices satisfatórios de sucesso escolar, o Ministério da Educação em 2008 lançou o Programa Mais Educação (PME).

Esse Programa é uma ferramenta indutora na perspectiva da educação em tempo integral⁴. Surgiu com a intenção de aumentar a oferta educacional através de oficinas optativas, que são ofertadas no contra turno dos estudantes, fazendo com que os educandos possam ter acesso a outras áreas de conhecimentos, tais como: cidadania, direitos humanos, meio ambiente, dentre outros, com o objetivo de fazer um diálogo com o processo pedagógico que contribua na formação do ser humano em suas diferentes potencialidades.

O programa sofreu alterações sendo substituído pelo Programa Novo Mais Educação (PNME) no ano de 2016. Desde sua criação em 2008 por meio da portaria nº17/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 7.083/10, onde atende aos estudantes das redes públicas, configura-se como estratégia de indução para educação integral, através de ampliação da jornada escolar para no mínimo 07 horas, e tem como atrativos, atividades optativas no contra turno.

Desta feita o Programa Mais Educação tinha como proposta a ampliação dos saberes através, da formação integral, de projetos e de programas do governo federal. Seu surgimento se deu no governo Lula através do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), sob o termo Compromisso Todos Pela Educação, constando nesses documentos o Plano de Ações Articuladas, onde a ampliação da jornada foi inserida por meio do Programa Mais Educação, com uma política de educação integral voltada para aqueles que apresentam maiores dificuldades (BARBOSA; RODRIGUES, 2017).

⁴ Entendemos educação integral na concepção de ampliação da jornada escolar dos estudantes. De acordo com Barbosa e Rodrigues (2017) a ampliação da jornada escolar dá-se como tentativas pontuais, sem sucesso expressivo desde 1950, por meio de políticas públicas educacionais, sendo consolidada apenas no Programa Mais Educação. Historicamente a educação em tempo integral, isolou-se apenas nas escolas de classe média e alta, colégios confessionais e internatos. Os autores ainda afirmam que, apesar desta jornada ampliada constar na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB n. 9394/1996) e no PNE 2001-2011, não expressa um comprometimento no cumprimento de suas orientações a fim de promover uma educação de qualidade.

Com o golpe político sofrido no governo Dilma e a instalação do governo Temer, a chegada do Programa Novo Mais Educação, muda a sua proposta e seu objetivo, que está focado apenas em duas disciplinas, Português e Matemática, ou seja, a ampliação de conhecimentos passa a ser extensão da jornada escolar, com uma visão escolarizada, preocupada com o rendimento (BARBOSA; RODRIGUES, 2017).

Baseado no modelo contemporâneo de educação, nas últimas décadas, as políticas públicas têm-se debruçado para intervir, de maneira culminante, na consolidação de uma educação em tempo integral, isto é, aquela que está associada a uma concepção de ensino, tanto cognitiva, quanto social, ética e outras potencialidades incorporadas ou inerentes aos sujeitos.

Nesse contexto a concepção de educação integral agrega-se à ideia de homem integral, realçando a necessidade de desenvolvimentos integrados de suas faculdades cognitivas, afetivas, e espirituais, resgatando como tarefa prioritária da educação, a formação do homem, compreendido em sua totalidade (GUARÁ, 2006).

Tendo nesse modelo a perspectiva de contemplar os estudantes assistidos pelo programa, em todas as suas potencialidades, através de oficinas optativas no contra turno dos estudantes o programa recorre à figura dos gestores como o agente mediador entre a comunidade e a escola, dando a estes a incumbência de mobilizar a equipe pedagógica, para tornar a escola em um ambiente atrativo, onde as decisões sejam tomadas com a participação daqueles que são assistidos pelo programa, com o objetivo de que a comunidade opine acerca de quais as oficinas estariam mais adequadas para atender as necessidades e os interesses dos alunos, que é o principal alvo do programa.

Não obstante, pesquisas envolvendo o Programa Mais Educação apontam que, com a implementação do programa houve um aumento significativo na participação voluntária no chão das escolas (CAVALIERE, 2001), fenômeno esse que causou certa distorção na atuação das atividades essenciais que são de responsabilidades do poder público bem como a conservação e higiene do espaço e a preparação da merenda.

Por conseguinte, essas atividades quando executadas pelos pais, amigos ou parentes de alunos em caráter voluntário desperta, nos mesmos, um sentimento de legitimação da participação comunitária nas decisões tomadas no cotidiano das escolas.

E é esse envolvimento comunitário que estão elencados nas propostas do Programa Mais Educação e que não estão sendo garantidos e nem cumpridos quando o programa passa pelo processo de adesão nas escolas das redes públicas do Brasil.

Segundo pesquisas realizadas pela UFRJ nos anos de 2014 e 2015, foi comprovada que a implantação do PME, nas escolas, dá-se de forma restrita, pois, a comunidade não é convocada para as discussões acerca da adesão ao programa, deixando essa decisão a cabo de um pequeno grupo de profissionais, como gestor, coordenador, professores e a secretaria de educação, ou seja, os que tem o poder de decisão para aderir ao programa ou não (MENEZES; BRASIL, 2018).

O autor ainda ressalta que a adesão ao programa, por vezes ocorre com vistas à possibilidade de conquistar novos recursos (humanos, matérias, técnicos e principalmente, financeiros) e deixando clara a dependência das escolas diante das Secretarias de Educação, sejam Municipal ou Estadual, essas, por sua vez, também dependem do apoio técnico e financeiro do Governo Federal. Tal conjuntura colabora para o estabelecimento de uma dependência verticalizada, permeada pela subordinação e, por vezes pela submissão (MENEZES & BRASIL, 2018 apud MACHADO, 1999, p. 147).

Partindo deste cenário, o trabalho aqui apresentado, trata de uma investigação a ser realizada numa Escola Municipal da Cidade do Recife, tendo como objetivo compreender as concepções da Equipe gestora sobre a operacionalidade do Programa Novo Mais Educação no cotidiano escolar. Assim, buscamos responder ao seguinte questionamento: quais as concepções da equipe gestora sobre a operacionalidade do Programa Novo Mais Educação no cotidiano escolar?.

Nesse contexto para darmos a conhecer o percurso deste trabalho, no primeiro momento contextualizaremos a temática da gestão e dos programas Mais Educação e o Novo Mais Educação. Em seguida, apresentaremos como percurso metodológico a análise dos documentos que regularizam o PME, em seguida foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com a gestora escolar, vice-gestora e coordenadora pedagógica. Num terceiro momento, apresentaremos os dados analisados com base na literatura pesquisada. Por fim, apontaremos considerações finais a respeito dos resultados a fim de respondermos ao objetivo proposto.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Na intenção de entendermos como a temática é tratada pela teoria a fim de respondermos nossa proposta de pesquisa, apoiamos em duas categorias teóricas, que são: a primeira, Gestão escolar e a segunda, o Programa Mais Educação e o Novo Mais

Educação. Para a primeira categoria nos apoiamos em Lück (2013), Paro (2010), e, Bernardo; Christovão (2016). No ponto sobre o Programa, tomamos como apoio no próprio documento do programa, para além dos aspectos legais, resoluções e decretos.

2.1 Gestão Escolar

A gestão escolar é um sistema de organização interna da escola que consiste na administração da escola como um todo, envolvendo vários setores, dentre eles os principais são: Gestão Pedagógica, Gestão Administrativa, Gestão Financeira e Gestão de Recursos Humanos. Tais dimensões precisam estar em sintonia para um bom desempenho escolar. Logo o papel dos gestores escolares é atender às exigências de todos os setores que envolvem essas práticas, desde funcionários, estrutura física da escola à comunidade, e a relação destes com o ambiente educacional (LÜCK, 2013).

Dessa forma, a gestão escolar busca oferecer o suporte necessário para que todos os integrantes da escola caminhem na mesma direção, em busca de concretizar as ações planejadas. Por essa razão, concordamos com a autora Luck (2013) acerca da importância da gestão visto que,

[...] constitui, portanto, uma área importantíssima da educação, uma vez que, por meio dela, se observa a escola e se interfere sobre as questões educacionais globalmente, mediante visão de conjunto, e se busca abranger, pela orientação com visão estratégica e ações interligadas, tal como em rede, pontos de atenção que, de fato, funcionam e se mantêm interconectados entre si, sistematicamente, reforçando-se reciprocamente (LUCK, 2013, p. 28).

Contudo, a gestão escolar se diferencia de administração escolar pelo fato de dar significado aos recursos materiais e à forma como serão utilizados no contexto educacional. Quanto à gestão escolar, sua rotina educacional visa garantir as condições necessárias para que a escola possa cumprir o seu papel social. Paro (2010) procura distinguir essa diferença:

Podemos dizer que a direção é a administração revestida do poder necessário para se fazer a responsável última pela instituição, ou seja, para garantir seu funcionamento de acordo com “uma filosofia e uma política” de educação (RIBEIRO, 1952, apud PARO, 2010, p.769).

Diante da complexidade dos problemas educacionais, a gestão escolar precisa atuar de forma organizada através de ações articuladas, dinâmica e participativa, considerando a desenvoltura do trabalho elaborado coletivamente como condições fundamentais da qualidade da educação, superando assim, o conceito limitado de administração (PARO, 2010).

Ainda segundo este autor, a partir desse entendimento, podemos considerar que a gestão educacional precisa dedicar-se com empenho em diferentes áreas de atuação, buscando uma autonomia administrativa financeira, pedagógica, e a otimização de tempo e recursos. Assentando-se em ações conjuntas visando uma educação de qualidade.

A autora Luck (2013) infere que o surgimento da gestão escolar ocorre para superar aspectos das seguintes carências:

a) de orientação e de liderança clara e competente, exercida a partir de princípios educacionais democráticos e participativos; b) de referencial teórico metodológico avançado para a organização e orientação do trabalho em educação; c) de uma perspectiva de superação efetiva das dificuldades cotidianas pela adoção de mecanismos e métodos estratégicos globalizadores para a superação de seus problemas (LUCK, 2013, p. 23).

Porém, há pouco tempo atrás, a gestão da escola era focalizada na figura do diretor, aquele que ocupa o cargo hierarquicamente mais elevado no interior da instituição, conduzindo o trabalho a partir de iniciativas próprias, o “seu papel nesse contexto era, por assim dizer, o de gerente de operações ditadas” (LUCK, 2013, p. 34).

Reforçava-se assim, uma prática tradicionalista, estática, burocrática e hierárquica do sistema de ensino e das escolas, onde o papel do diretor situava-se apenas em cumprir normas estabelecidas pelo sistema de ensino, ficando encarregado de dirigir a escola, mas sem sequer intervir em suas próprias ações e livre de qualquer responsabilidade dos resultados desenvolvidos por elas.

Hoje a gestão encontra-se em transformação, passando por processos de descentralização, pela busca da democratização da escola, bem como pela construção da autonomia da gestão escolar. Sob esses aspectos, a gestão deixa de assumir a responsabilidade de forma isolada e passa a ser desafiada a compartilhar seu papel com outros atores. Podemos afirmar que a gestão democrática constitui-se,

A proposição da democratização da escola aponta para o estabelecimento de um sistema de relacionamento e de tomada de decisão em que todos tenham a possibilidade de participar e contribuir a partir de seu potencial que, por essa participação, se expande, criando um empoderamento pessoal de todos em conjunto e da instituição (LUCK, 2013, p.58).

A gestão escolar, pelas determinações legais, deve ser pautada pelo princípio e pelo método democráticos. Desta feita, a gestão democrática é definida pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB nº 9394/96) em seu Art. 14, que traz como princípios, tais como: “I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes”.

No entanto, ainda segundo a LDB, a democratização da gestão não diz respeito apenas quanto a orientações das atividades escolares, pois de acordo com o Art. 15,

Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público (BRASIL, 1996).

Quanto à democratização da gestão financeira, destacamos aqui a criação por parte do Governo Federal, do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) que tem sua existência desde 1995. Este programa, mesmo que precariamente, visa garantir um pequeno aporte financeiro para solucionar problemas imediatos na escola. É através deste programa que o Governo Federal custeia programas de educação, realizados no seio da escola, através de transferência de recursos financeiros descentralizados para as escolas públicas.

Não é recente a necessidade de programas compensatórios no seio da escola, no entanto, podemos destacar que na conjuntura do cenário de democratização do acesso às escolas, e do aumento da escolaridade obrigatória, ficou notório as desigualdades sociais e de escolarização, bem como a necessidade de se fazer um acompanhamento dos resultados da expansão desse sistema trazendo propostas de educação compensatória no âmbito das políticas públicas para o cotidiano escolar (BERNARDO, CHRISTOVÃO, 2016). Esses programas, voltados às camadas populares, visa compensar as desvantagens educacionais desse público, que são classificados em condições de pobreza.

Dentre esses Programas, vamos destacar aqui os Programas Mais Educação (PME) e Novo Mais Educação que traz consigo essa proposta compensatória.

2.2 Programa Mais Educação e o Novo Mais Educação

O Programa Mais Educação foi criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, constitui-se como estratégia do Ministério da Educação para a ampliação da jornada escolar nas escolas públicas, com o objetivo de melhorar a educação básica, principalmente na aprendizagem em Língua portuguesa e Matemática no ensino fundamental. Sua implementação se deu a partir de 2008 em escolas que apresentavam baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), e mais tarde se espalhou por quase todo o país.

Segundo Bernardo e Christovão (2016), esse programa surgiu sob a influência do movimento “Cidades Educadoras”, tendo como objetivo o trabalho coletivo para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes, e divulgado pela Associação Cidade Escola Aprendiz, em que a instituição tem como proposta a criação de comunidades educativas. Segundo essas autoras, a Educação Integral emergiu baseada nas experiências das Escolas-Parque dos anos 50, onde tais Escolas pretendiam assentar-se na Educação Integral articulada à comunidade.

Os recursos advindos para o Programa Mais Educação são oriundos do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, que foi criado em 1968 e vinculado ao Ministério da Educação (MEC), o qual tem por finalidade trabalhar na captação de recursos financeiros para projetos educacionais e propiciar assistência estudantil visando ampliar e melhorar a qualidade do ensino.

Chamamos a atenção que o FNDE para além de manter outros programas, também financia do PDDE:

PDDE -Programa dinheiro direto na escola, que transfere dinheiro direto para as escolas com o propósito conceder apoio financeiro para as escolas em carácter aditivo, com o objetivo de melhorar e auxiliar na manutenção de infraestrutura física e pedagógica na decorrência do desempenho escolar e ainda, contudo, estimular a participação social e a autogestão. Os procedimentos estão compilados em três tipos de contas: 1) PDDE Integral, Mais Educação, Novo Mais Educação; 2) PDDE Estrutura, Escola Acessível, Água na Escola, Escola do Campo, Escolas Sustentáveis; 3) PDDE

Qualidade, Ensino Médio Inovador, Atleta na Escola, Mais Cultura na Escola, Mais Alfabetização.

Como podemos observar, o PDDE atende dois níveis de escolaridades, porém o foco do nosso trabalho será debruçar na modalidade da educação básica através do Programa Mais Educação.

De acordo com o documento que orienta o Programa Mais Educação (PME) tem como meta oferecer educação integral, entendendo essa modalidade como uma estratégia de formar os educandos em suas capacidades múltiplas. Com a proposta de ampliar a jornada escolar nas escolas estaduais e municipais de no mínimo 7 horas *diárias*, usa como estratégias motivadoras as atividades optativas no contra turno para que os alunos se desenvolvam em outras áreas de construção de conhecimentos.

Tais estratégias motivadoras constituem-se: no acompanhamento pedagógico, educação ambiental, esporte e lazer, direitos humanos em educação, cultura e artes, cultura digital, promoção de saúde, comunicação e uso de mídias, investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica.

No ano de 2016, com a nova configuração política do nosso país, através do governo interino de Michel Temer, o novo Ministro da Educação realiza mudanças no referido programa, criando o Programa Novo Mais Educação, através da Portaria MEC nº 1.144/2016 e regido pela Resolução FNDE nº 17/2017.

Já no Art. 1º da Portaria que institui o Programa o Novo Mais Educação, encontramos, como objetivo do programa:

[...] melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental, por meio da ampliação da jornada escolar de crianças e adolescentes, otimizando o tempo de permanência dos estudantes na escola (MEC, 2017).

Como podemos perceber, uma das grandes mudanças é que o Programa Novo Mais Educação tem como foco principal a aprendizagem em língua portuguesa e matemática.

Segundo informações disponíveis no site do MEC, em 2018, o Programa será implementado por meio da realização de acompanhamento pedagógico em Língua Portuguesa e Matemática e do desenvolvimento de atividades nos campos de artes, cultura, esporte e lazer, impulsionando a melhoria do desempenho educacional mediante

a complementação da carga horária em cinco ou quinze horas semanais no turno e contra turno escolar.

O Programa tem por finalidade contribuir para a:

I - alfabetização, ampliação do letramento e melhoria do desempenho em língua portuguesa e matemática das crianças e dos adolescentes, por meio de acompanhamento pedagógico específico;

II - redução do abandono, da reprovação, da distorção idade/ano, mediante a implementação de ações pedagógicas para melhoria do rendimento e desempenho escolar;

III - melhoria dos resultados de aprendizagem do ensino fundamental, nos anos iniciais e finais – 3º e o 9º ano do ensino fundamental regular.

IV - ampliação do período de permanência dos alunos na escola (MEC, 2018).

Os atores que fazem parte desse programa para auxiliar e realizar as atividades previstas no planejamento do Programa Novo Mais Educação, desenvolvem as seguintes funções:

I – Articulador da Escola, que será responsável pela coordenação e organização das atividades na escola, pela promoção da interação entre a escola e a comunidade, pela prestação de informações sobre o desenvolvimento das atividades para fins de monitoramento e pela integração do Programa com Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola. O Articulador da Escola deverá ser indicado no Plano de Atendimento da Escola, devendo ser professor, coordenador pedagógico ou possuir cargo equivalente com carga horária mínima de 20 (vinte) horas, em efetivo exercício, preferencialmente lotado na escola;

II – Mediador da Aprendizagem, que será responsável pela realização das atividades de Acompanhamento Pedagógico;

III – Facilitador, que será responsável pela realização das 7 (sete) horas de atividades de escolha da escola (MEC, 2018).

Além desses atores, cada Secretaria Municipal de Educação, no ato de adesão, indicou um coordenador municipal, distrital ou estadual que faz o acompanhamento do programa.

Diante do exposto, percebemos a relevância deste Programa dentro do cotidiano da escola, por isso, configura-se grande desafio para a equipe gestora da escola, que, por vezes, encontra nas políticas públicas voltadas para implementação da educação estratégias necessárias para trazer melhorias e/ou alcance das metas estabelecidas pelo IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), que funciona como um indicador nacional e monitoramento da educação por parte dos órgãos governamentais.

Isso posto, apresentaremos a seguir nossa proposta de Percurso Metodológico para Investigar as concepções sobre o papel da equipe gestora sobre o programa Mais Educação.

3 METODOLOGIA

Com a finalidade de alcançar o objetivo proposto neste trabalho, a saber, compreender as concepções da Equipe gestora sobre a operacionalidade do Programa Novo Mais Educação no cotidiano escolar. Optamos pela abordagem qualitativa, visto que trata-se de uma pesquisa a partir da realidade social, concordando assim com Minayo (1993) ao afirmar que a pesquisa qualitativa,

[...] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (MINAYO, 1993, p. 21).

Nessa perspectiva, escolhemos como procedimento o estudo de caso, pois como afirma Fonseca, (2002, p. 33) “Visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos [...]”. Assim diante do nosso objeto de estudo, que tem como foco contribuir para uma melhor compreensão dos processos organizacionais e políticos busca considerar o olhar da gestão sobre o Programa Novo Mais Educação.

Deste modo escolhemos como campo de investigação a Escola Municipal Lutadores do Bem localizada no bairro de Santo Amaro na cidade do Recife, Pernambuco. A escolha se deu pelo fato dessa escola atender aos critérios estabelecidos para essa pesquisa, a saber: 1) uma escola que tenha o PNME; 2) que esta escola também tivesse oferecido do PME; 3) que apresentasse não apenas as atividades de reforço em Português e Matemática, mas que oferecesse outras atividades, como proposta no documento; e, 4) que o programa apresentasse um bom funcionamento e que refletisse nos resultados do IDEB.

Para tanto, como instrumentos de coleta de dados, elegemos a análise documental, tendo em vista essa servir de apoio para a compreensão do programa e sua relação com o Projeto Político Pedagógico da escola. Não obstante também escolhemos

a entrevista semi-estruturada por compreendermos esta como fundamental ferramenta de apreensão dessas concepções.

Com relação a esses dois instrumentos, tomamos como base Marconi e Lakatos (2003) ao inferirem sobre pesquisa documental em documentos oficiais, os mesmos afirmam que são fontes fidedignas de pesquisa, contudo faz-se necessário uma maior atenção e delimitação do objetivo do pesquisador, para este não “ficar perdido” nas muitas quantidades de informações que podem ser encontradas.

Concernente às entrevistas semi-estruturadas, esses autores afirmam que esse tipo de instrumento permite maior flexibilidade do entrevistador e entrevistado na condução de perguntas da maneira que acreditar ser mais conveniente (MARCONI; LAKATOS, 2003). Diante disso, escolhemos para participar dessa etapa de entrevistas a equipe gestora da escola, composta pela Gestora, Vice-gestora e coordenadora pedagógica, atendendo ao objetivo proposto da pesquisa.

Como procedimento de coleta dos dados, vivenciamos-nos em algumas etapas. No primeiro momento, analisamos toda documentação que regulariza o Programa Mais Educação e o Novo Mais Educação, identificando os objetivos, metas e etapas do programa, bem como o Projeto Político Pedagógico da escola.

Num segundo momento, realizamos entrevistas semi-estruturadas gravadas em áudio com a Gestora Escolar, Vice-gestora e coordenadora pedagógica a fim de conhecer como essas participantes estão envolvidas na execução deste programa, suas concepções. Ainda nessa etapa, solicitamos à Secretaria Municipal de Educação uma carta de anuência autorizando a realização da pesquisa na referida escola. Em seguida, realizamos sucessivas visitas a fim de marcarmos e realizarmos as entrevistas.

E, numa última fase, após a estruturação dos dados coletados no documento e transcrição das entrevistas, realizamos a classificação e análise desses dados coletados, com base a análise de conteúdo de Bardin (1988) organizamos os dados em Eixos temáticos, buscando enriquecer a literatura pesquisada com o discurso daqueles que vivem de forma empírica no objeto pesquisado.

Nesse contexto, os Eixos temáticos elencados a partir da análise realizada foram: 1) O perfil das entrevistadas, bem como da escola; 2) O Programa Novo Mais Educação e o Projeto Político Pedagógico da Escola; 3) A relação do Programa Novo Mais Educação com o ensino aprendizagem e suas implicações para o rendimento escolar. Daremos a conhecer esses eixos a seguir.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

4.1 Perfil das Entrevistadas

Antes de conhecermos o que as participantes e os documentos expressam na presente investigação, em pesquisa qualitativa faz-se necessário também conhecer quem fala, sua ocupação, formação, função diante do programa, visto que torna-se fundamental para conhecer o quê e o como fala.

Desta feita, as entrevistadas são do gênero feminino, possuem idade entre 50 e 55 anos, são formadas em Pedagogia e possuem especialização em Formação de Professores e em psicopedagogia

No que diz respeito à atuação na escola, as participantes estão na instituição faz 20 anos e a forma de ingresso na equipe gestora se deu por meio de eleição justificando assim o caráter democrático da gestão.

Com relação ao Projeto Político Pedagógico da escola, o mesmo foi elaborado no ano de 1998 desde então vem passando por reformulações a cada ano. Para sua elaboração contou com a participação de todos os segmentos da escola, desta maneira configura o caráter democrático e participativo próprio desse tipo de gestão.

Concernente ao Programa Novo Mais Educação nesta escola buscou dar continuidade ao Programa Mais Educação iniciado na instituição no ano de 2008. Desde então a instituição procura por meio de atividades, não apenas de reforço escolar, nas disciplinas de Português e Matemática, mas também em atividades de esportes, artes e cultura, contribuir na formação dos estudantes.

Diante desse panorama mais geral sobre o perfil da escola e das participantes, passaremos a conhecer a relação entre o Programa e o PPP da escola, como também aprofundar elementos de construção do próprio PPP e do perfil da gestão.

4.2 O Programa Novo Mais Educação e o Projeto Político Pedagógico da Escola

Para situarmos como o Programa Novo Mais Educação (PNME) está expresso no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, faz-se necessário conhecer o funcionamento deste na escola pesquisada.

Com o objetivo de conhecer como o PNME e o PPP estão articulados para promover a qualidade da educação, tendo em vista ser uma das propostas do programa, levantamos perguntas a respeito do tempo que a escola desenvolve Programa Novo Mais Educação, seu funcionamento nessa instituição. Mas também questionamos sobre o processo de construção do PPP na escola para a efetivação do Programa, o papel da gestão para essa construção e efetivação.

Diante do exposto, a instituição, lócus dessa investigação, trabalha com o PNME há mais de dois anos desenvolvendo atividades de Português e Matemática com o objetivo de melhorar as dificuldades de aprendizagens, como observamos na fala da vice-gestora,

A gente procura dá acesso às crianças que tem mais necessidade, principalmente em relação à questão pedagógica, porque esse reforço de Português e Matemática é muito importante pra eles, a gente vai nas salas, fala com as professoras , primeiramente, né, pra ver quem são esses alunos com mais necessidade nessa questão e depois dessa triagem a gente forma as turmas e também aqui acontece o seguinte: os nossos alunos , eles tem também, projetos na redondeza, entendeu?

Para além das atividades destinadas ao reforço nas duas disciplinas o PNME também desenvolve outras atividades esportivas ou artísticas, como afirma a gestora,

[...] e nesse contra turno ele vai desenvolver um trabalho de reforço de Língua Portuguesa e Matemática e ele tem algumas oficinas, que esse ano a gente está trabalhando com teatro, dança e judô. Em anos anteriores, a gente trabalhou já com horta, já tivemos outros tipos de oficina, porque anualmente a gente faz o cadastramento e pode haver mudança ou não dessas oficinas [...].

Com isso podemos inferir que a escola atende ao proposto no programa a afirmar que,

[...] Dar acesso aos alunos no contra turno, ou seja, quem estuda de manhã pode vir participar a tarde, quem estuda a tarde, pode participar pela manhã. As inscrições são feitas no início do ano letivo é... a gente atende 50 crianças no turno da manhã e 50 crianças no turno da tarde, tem as atividades diariamente. Tem a de Português e Matemática que é como um reforço pras crianças e tem as atividades que envolve outras áreas de cultura, de artes [...].

Assim, concordamos com os autores Bernardo e Christovão (2016) quando afirmam que o objetivo do programa tem como base o envolvimento de todos para a melhoria da qualidade de vida dos sujeitos da comunidade em que a escola está inserida.

Nessa perspectiva, a participação do Conselho Escolar no desenvolvimento do PNME com a escolha de atividades e espaços torna-se de fundamental importância para a efetivação das propostas e estratégias do programa na escola, conforme a fala da gestora,

[...] tudo que a decisão seja pra Mais Educação, o que for, tem que passar por um aval do Conselho Escolar, já que o Conselho, ele tem todos os segmentos que compõem a escola.

Ou seja, no princípio de consolidação da gestão democrática, o Conselho Escolar torna-se fundamental para pensar e adequar o funcionamento do programa com as realidades da comunidade onde a escola está localizada.

Com isso percebemos que a escola atende ao proposto no documento do PNME, visto que no Art. 01 da Portaria que institui o Programa Novo Mais Educação, “O articulador deve ser o responsável pela coordenação e organização das atividades na escola, pela promoção da interação entre a escola e a comunidade [...]”, uma vez que percebemos que tanto a comunidade escolar, como a comunidade do entorno buscam essa integração acaba por influenciar nos aspectos formativos objetivados no próprio programa associados à escola.

Luck (2013) vem dizer que “A proposição da democratização da escola aponta para o estabelecimento de um sistema de relacionamento e de tomada de decisão em que todos tenham a possibilidade de participar [...]”, diante disso o papel conscientizador do conselho escolar constitui-se uma ferramenta de consolidação dessa gestão.

No que diz respeito ao processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico, percebemos que essa escola atua de forma democrática uma vez que considera a participação de todos nessa construção, isso fica bem claro na fala da vice-gestora ao afirmar que,

Como estratégia, a gente usa as reuniões que envolve todos os seguimentos dentro do conselho escolar, que ai tem o representante da comunidade, representante de professor, de funcionários, entendeu? Junto com a gestão e alunos também, porque a gente tem alunos a noite, então tem o representante também [...]

Nessa perspectiva podemos inferir que o programa é contemplado quanto ao aspecto da construção democrática do PPP, visto que busca envolver a gestão tanto na elaboração do PPP, mas articulá-lo às próprias propostas do programa.

Percebemos que a gestão atua coletivamente para que os trabalhos aconteçam de modo que contemplem a todos os sujeitos positivamente, trazendo estratégias para que haja a interação entre todos, tanto a gestão, quanto professores, alunos e comunidade, como vimos na fala da gestora, “[...] é com o envolvimento de todo mundo [...]”.

Diante dessa compreensão, a autora Lück (2013, p. 28) diz que, “A gestão educacional constitui, portanto, uma área importantíssima da educação, uma vez que, por meio dela, se observa a escola e se interfere sobre as questões educacionais globalmente, mediante visão de conjunto [...]”. A tomada de decisão nessa escola acontece com a participação de todos os segmentos, de acordo com a gestora, a coordenadora pedagógica tem autonomia para desenvolver estratégias com o objetivo de escutar a opinião de todos para que se concretizem as ações e os projetos no interior da escola.

Percebemos ainda que o PPP é o documento onde possibilita os registros de todas as ações da escola, as estratégias e projetos. Para tanto notamos a presença de uma revisão contínua a fim de avaliar o que “deu certo” e vale à pena manter como projeto, então ainda de acordo com a coordenadora ela vem ressaltar,

[...] Aqueles projetos que deram certo continuam no PPP e nós damos continuidades aos projetos [...] Então, deu certo na escola nós mantemos no PPP e abraçamos outros projetos de acordo com a realidade da escola.

Contudo, as ações do PPP e do programa não ocorrem desarticuladas uma da outra. O programa Mais Educação vem articulado ao PPP de modo a complementar o que já existe na proposta do próprio PPP, como também o PPP é revisitado a partir dos elementos e lacunas propostas pelo programa. Para tanto a gestora comenta que,

[...] na verdade já existia no PPP da gente esse projeto de reforço escolar e o Mais Educação ele veio a agregar dentro dessa proposta.

Podemos então concluir que, nessa instituição pesquisada, o programa e o PPP estão envolvidos mutuamente visando à melhoria da educação na perspectiva mais ampla, bem como no contexto escolar, suas atividades, objetivos, projetos.

Contudo, diante da própria proposta do programa no que concerne ao melhorar os níveis de aprendizagem que por sua vez acaba por refletir nos índices do IDEB, faz-se necessário conhecer como a equipe gestora concebe o Programa Novo Mais

Educação e sua relação com o ensino aprendizagem e suas implicações para o rendimento escolar. Tal ponto será mais bem debatido a seguir.

4.3 A relação do Programa Novo Mais Educação com o ensino aprendizagem e suas implicações para o rendimento escolar

Um dos pontos percebidos tanto no documento que orienta o Programa como nas falas das participantes diz respeito à influência nas aprendizagens dos alunos com repercussão no rendimento destes, destacada como um melhoramento dessas aprendizagens para os alunos que participam do programa.

Nessa perspectiva passamos a questionar quanto ao Planejamento e Avaliação do Programa, o acompanhamento dos alunos, a proposta de aprendizagem do programa e como ele contempla os alunos, bem como se houve melhorias para o rendimento escolar.

Tais questionamentos nos permitiram perceber com maior clareza o papel do Programa Novo Mais Educação na visão da equipe gestora com relação ao ensino aprendizagem.

De acordo com a gestão essa escola não possui um articulador específico do programa para realizar a ponte entre a gestão e o acompanhamento dos alunos, quem realiza esse papel é a coordenadora pedagógica da escola, enquanto no começo do Programa Mais Educação, a escola dispunha desse articulador, que era um professor escolhido na própria escola, mas depois de um período de aproximadamente seis meses, foi retirado a figura do articulador do programa, contudo o papel desse articulador era atuar exclusivamente para as demandas do programa, que hoje são realizadas pela coordenadora pedagógica, conforme a fala da gestora,

[...] quem faz essa ponte de acompanhamento, de ver planejamento dos mediadores, de ver a evolução dos meninos é nossa coordenadora pedagógica, então ela faz, a gente senta periodicamente para poder ver como é que ta, se ta evoluindo se não ta, se os meninos que as professoras indicam as dificuldades se estão sendo trabalhadas [...].

Fica claro que a coordenadora, por sua vez, atua como ponte, mas o acompanhamento é feito por toda a equipe gestora, onde trabalham coletivamente com o objetivo de melhorar o rendimento escolar dos alunos. Inclusive a vice-gestora relata que,

A gente, enquanto gestão, estamos sempre junto à coordenação e junto com os facilitadores, que é o pessoal que trabalha diretamente com eles (os alunos), então a gente visa sempre levantar as questões como estão sendo trabalhadas, na sala de aula, principalmente a questão de Português e Matemática [...]

Para a autora Luck (2013), a democratização da escola, a participação, leva a eficácia escolar quando diz:

[...] Quando o exercício do poder é orientado por valores de caráter amplo e social, como o são os educacionais, estabelece-se um clima de trabalho em que os profissionais passam a atuar como artífices de um resultado comum a alcançar, de que resulta o aumento do poder para todos. Nesse caso, as pessoas trabalham com a maior competência possível, visando a que a escola atinja, de forma mais plena, os seus objetivos sociais e o atendimento das necessidades educacionais ampliadas de seus alunos (LUCK, 2013, p.60).

Podemos notar que no que diz respeito ao planejamento e a avaliação, esses acontecem dentro dessa escola de forma cuidadosa defendendo o que é significativo para aprendizagem dos alunos. Nesse aspecto a vice-gestora vem corroborar ao afirmar que,

Antes de começar o programa a gente chamou a equipe todinha, com todo pessoal envolvido os mediadores e tudo mais... e fizemos esse planejamento bem como novas inscrições para os alunos do ano letivo que estava iniciando, então a gente trabalha assim. E no final a gente fecha e faz aquela avaliação de como foi aquele período trabalhado [...].

A coordenadora ainda nos chamou atenção de ter chegado à escola avaliações específicas para Português e Matemática com o objetivo de alertar ainda mais os professores sobre as dificuldades apresentadas por seus alunos,

Nós recebemos as provas – avaliações - e os mediadores de Português e Matemática, aplicam, corrigem e enviam os resultados, certo? E aí eles (os professores) tem uma noção de como o Mais Educação está funcionando, através dos resultados dessas avaliações [...].

A concretização desse acompanhamento se dá por meio de um levantamento dos alunos que apresentam mais dificuldades, ou seja, apenas os alunos que precisam melhorar nas disciplinas de Português e Matemática recebem assistência do Programa. Segundo a coordenadora pedagógica,

[...] nós fazemos um levantamento na escola, junto aos professores, do terceiro, quarto e quinto ano, das dificuldades de aprendizagem. Depois de feito esse levantamento nós organizamos, com os professores, os alunos que tem mais dificuldades do terceiro, quarto e quinto ano.

Contudo percebemos que, ao mesmo tempo esse acompanhamento torna-se contínuo, já que esses alunos estão sempre sendo avaliados no cotidiano da escola, a maior preocupação da gestão está no Índice de Desenvolvimento da Educação (IDEB), visto que o programa visa melhorar os índices das avaliações das escolas.

Nessa perspectiva encontramos consonância entre o que é objetivado no Programa e as falas da equipe gestora, uma vez que a proposta do Programa Novo Mais Educação visa melhorias no desempenho escolar do aluno principalmente nas disciplinas de Português e Matemática atuando como um reforço escolar no contra turno. Essas disciplinas consideradas importantes, envolvem também atividades complementares de cultura, esporte e lazer, a fim de desenvolverem o corpo e a mente do aluno. A gestora afirma,

[...] no outro horário ele ta desenvolvendo o reforço escolar em Língua Portuguesa e Matemática, mas ao mesmo tempo ele ta trabalhando a questão do lazer, da cultura, do esporte, ta trabalhando corpo, mente, então na verdade a proposta é você ter um desenvolvimento integral desse aluno, dessa criança, corpo, mente, intelectual e assim por diante.

Nesse sentido no Art. 01 da Portaria que institui o Programa o Novo Mais Educação, o programa tem como proposta:

I - alfabetização, ampliação do letramento e melhoria do desempenho em língua portuguesa e matemática das crianças e dos adolescentes, por meio de acompanhamento pedagógico específico.

Diante disso observamos que os resultados do PNME nessa escola estão sendo vistos de maneira positiva contemplando a grande maioria dos alunos que estão fazendo parte das atividades propostas pelo programa, pois ao fazerem uma comparação dos resultados antes e depois, todas as entrevistadas afirmaram as melhorias que o Programa trouxe para os índices de aprovação na escola, qualidade nas aprendizagens dos alunos e boas notas no IDEB.

Para a gestão, o Programa vem de modo a agregar complementando o que está sendo visto em sala de aula tirando o aluno das ruas, de forma que a atividade lúdica que é passada na escola está ao mesmo tempo trazendo melhorias para aprendizagem desses alunos.

Contudo, tais resultados não são plenamente contemplados devido à interferência da situação familiar, ou seja, apesar do programa nessa instituição obter resultados positivos com relação aos alunos, a ausência de determinadas famílias continua sendo um impasse para manter os alunos na escola, como afirma a coordenadora pedagógica,

Então temos resultados positivos e temos resultados parciais, parciais porque nem sempre a gente tem o acompanhamento efetivo dos pais nesse programa e tem casos que são 80%, 70%, porque os pais estão ali em cima presentes e acompanhando, mas temos pais que não acompanham e isso é a realidade, já que não existe na escola, a participação plena de 100% dos pais.

De acordo com a vice-gestora 50% dos alunos que são atendidos pelo programa, são contemplados positivamente, e que realizam 50% dos objetivos do PNME.

Ainda a esse respeito o ensino aprendizagem, por meio do programa é percebido pela vice-gestora através das avaliações externas, como afirma no trecho seguinte,

[...] Então a gente vê, através das avaliações, que o aluno progrediu, que ele melhorou e esse ano, inclusive, a escola teve um bom desempenho no IDEB dos alunos de quinto ano que estão saindo da escola e estão desde o primeiro ano e que passaram por esse programa [...].

Essa afirmação é confirmada também nos objetivos do Novo Mais Educação, no momento em que há uma preocupação com os índices das avaliações nacionais, e, segundo Chirinéa e Brandão (2015, p. 464) apud Souza (1997, p. 264), onde afirma que,

[...] a educação precisa alcançar qualidade capaz de responder as demandas decorrentes das transformações globais nas estruturas produtivas e do desenvolvimento tecnológico [...], percebemos a importância que essas avaliações exercem para o contexto das aprendizagens no interior das instituições. Ainda segundo esses autores, as avaliações legitimam a qualidade nos processos educativos nas escolas, pois funcionam como instrumento de medida, adequação e controle dos sistemas educativos, passando a orientar políticas

públicas na área de educação (CHIRINÉA; BRANDÃO, 2015, p. 464 apud SOUZA, 1997, p. 264).

Assim, tendo em vista que o Programa Novo Mais Educação apresenta como proposta central o desenvolvimento do indivíduo, tanto na área cognitiva, quanto em suas potencialidades para uma formação integral do sujeito, vimos que com relação ao processo de ensino aprendizagem para além das avaliações externas, há uma preocupação com relação ao planejamento do programa articulado com as ações da escola.

O planejamento do programa articulado às ações desenvolvidas na escola torna-se alvo de preocupação da equipe gestora, uma vez que, coloca no centro a aprendizagem dos alunos. No momento em que o professor da instituição e o professor do programa estão juntos no planejamento das atividades e ações para a aprendizagem dos alunos, há um acordo entre os objetivos da instituição e do programa. Essas considerações podem ser confirmadas na fala da gestora, a seguir,

[...] muitos pais não tem como pagar um reforço, então eles aqui tem isso de forma organizada dentro da escola, então de forma segura, planejada, atacando a dificuldade de fato do aluno, porque o professor ele relata a necessidade do aluno, então há um acompanhamento específico pra isso, então a gente ver que as atividades físicas, que a gente tem, no caso do judô, a dança, o teatro, a gente tem visto na escola que o trabalho que está sendo desenvolvido, tem sido um trabalho muito proveitoso, a gente consegue integrar isso ao planejamento as outras ações que a gente desenvolve da escola [...].

Ao direcionarmos o nosso olhar para a coordenadora pedagógica, percebemos, detalhadamente, de que forma é feito o planejamento do programa em conjunto com as ações da escola, conforme relato da mesma,

[...] Esse trabalho o foco é a dificuldade na aprendizagem, então se trabalha essa dificuldade, no Mais Educação fazendo atividades cujos os conteúdos os alunos ainda não dominam, e o professor de sempre repassa para o mediador as dificuldades de determinados alunos, em quais conteúdos eles estão sentindo dificuldades e principalmente em língua portuguesa e matemática, e existe sim, o contato a cada quinze dias do mediador com o professor de sala [...].

Desta forma a equipe gestora reconhece a importância de planejar as ações para a execução do Programa Novo Mais Educação, afim de que ele contribua no processo

de ensino aprendizagem dos alunos, visto que, como afirma Nogueira, Andrade, Pereira & Silva, 2000 apud Vasconcellos (2000, p.79),

O planejamento enquanto construção-transformação de representações é uma mediação teórica metodológica para a ação, que em função de tal mediação passa a ser consciente e intencional. Tem por finalidade procurar fazer algo vir à tona, fazer acontecer, concretizar, e para isto é necessário estabelecer as condições objetivas e subjetivas prevendo o desenvolvimento da ação no tempo [...] (NOGUEIRA et al., 2017 apud VASCONCELLOS, 2000, p.79).

Como podemos ver, a equipe gestora está atenta aos objetivos do programa, uma vez que a participação, o planejamento e o envolvimento de outros agentes no processo de ensino aprendizagem, é uma das orientações descritas no Programa Novo Mais Educação, além de uma melhoria nos índices de avaliações através de provas externas, que visam conferir a qualidade de ensino nas redes públicas.

5 CONCLUSÃO

A presente pesquisa objetivou compreender as concepções da Equipe gestora sobre a operacionalidade do Programa Novo Mais Educação no cotidiano escolar a fim de responder a seguinte questão norteadora: quais as concepções da equipe gestora sobre a operacionalidade do Programa Novo Mais Educação no cotidiano escolar?

A gestão escolar é compreendida a partir das ações coletivas envolvendo a participação e tomada de decisões, dentro do ambiente escolar, de forma democrática, envolvendo todos os seguimentos, que compõe a escola, em busca de concretizar o que foi planejado para um bom funcionamento do ano letivo vigente. Diferente da administração escolar, uma gestão escolar democrática visa dar significados aos recursos que são utilizados para que se tenham condições fundamentais para a qualidade da educação, descentralizando as ações da figura do gestor, assim expandindo a toda comunidade.

O Programa Novo Mais Educação, por sua vez, foi implementado nas escolas com baixo Índice de Desenvolvimento de Educação Básica (IDEB), como estratégia do Ministério da Educação para sanar essas dificuldades apresentadas no IDEB, com a proposta de acompanhamento pedagógico nas disciplinas de Português e Matemática.

No contexto da Escola Municipal Lutadores do Bem, o Programa contempla de maneira satisfatória boa parte dos alunos que estão participando das atividades, visto

que a comunidade, através do Conselho Escolar, tem liberdade para colocar seus questionamentos e participarem na tomada de decisões referente ao Programa, fazendo com que a construção do Projeto Político Pedagógico e as ações desenvolvidas no Programa sejam democráticas.

Desta maneira, fica claro que essa implementação veio sistematizar as atividades que a escola já manifestava o interesse em desenvolver através de ações internas desenvolvidas pelos professores no turno dos estudantes. Com a chegada do Programa a escola disponibilizou de recursos e oportunidade para a ampliação da jornada escolar, com reforço de Língua portuguesa e Matemática e outras oficinas. Essa ampliação de jornada escolar é percebida como um fator importante para o processo de ensino aprendizagem dos alunos, indicando a necessidade de uma formação de caráter integral que possibilite oportunidades aos alunos desenvolverem outras atividades e conhecimentos.

Com relação à aprendizagem, foi percebido, a partir das falas das participantes, que depois da implementação do programa, houve uma melhoria dos resultados se comparados aos resultados do trabalho já desenvolvido pela instituição antes da chegada do Programa. Os reflexos desse avanço são expressos nas avaliações externas.

No que concerne aos índices de evasão, distorção e retenção, a escola juntamente com o programa, tem se preocupado com o objetivo de minimizar tais índices, uma vez que evasão, distorção e retenção formam um conjunto de barreiras que o programa Novo Mais Educação apontam para que sejam superados através da ampliação da jornada escolar, reforço em português e matemática e as oficinas, na qual a escola disponibilize.

Com a chegada do Programa, a escola disponibilizou ferramentas para atuar de maneira mais bem articulada a fim de pensar e encontrar soluções para essa problemática. No entanto, tais distorções ainda acontecem por diversos outros motivos, incluindo questões de cunho pessoal e familiar.

Assim, fica claro que o aumento da permanência do aluno dentro da escola é uma estratégia que o programa traz e que contribui para a redução dos índices de evasão distorção, retenção, proporcionando uma melhoria na qualidade dos estudos e no desenvolvimento dos alunos na instituição e comunidade em que residem.

Contudo, percebemos também que o Programa Novo Mais Educação (PNME) ainda causa uma sutil confusão na fala das participantes, uma vez que as mesmas

confundem o PNME como o Programa Mais Educação (PME) que apresentava outra proposta formativa. Essa sutil diferença, despercebida pelas entrevistadas, enfatiza o caráter conteudista e mercadológica, próprias do PNME, uma vez que realça as disciplinas de Português e Matemática com pequenas nuances do que o PME apresentava de formação integral do sujeito em sua aprendizagem como garantia de direitos.

Diante do presente trabalho, é visível constatar que a educação brasileira passa por diversas etapas para a sua efetivação e melhoria da qualidade do ensino. Programas como o Novo Mais Educação e outros atrelados ao sistema público de ensino, buscam oferecer ferramentas e condições para que as escolas desempenhem seu papel de maneira articulada e democrática com a participação de todos os agentes incumbidos na educação. Entretanto, sabemos que não basta implementar um programa educacional que ofereça boas ferramentas ou não e sim enfrentar os desafios para sua continuidade e apresente em sua composição a formação integral do estudante da educação básica.

Sendo assim, é de suma importância pesquisas que abordem outras áreas dos programas, tais como: o papel das famílias no desenvolvimento deste programa bem como a relação no cotidiano das famílias dos educandos, em busca da melhoria da qualidade de vida escolar, como também o impacto desse programa na vida dos alunos.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Z. J.; RODRIGUES, C. M. L. . A Proposta de Formação do Programa “Novo” Mais Educação: Ambiguidades e seus Contextos. In: IV Congresso Nacional De Educação (CONEDU), 2017, João Pessoa. **Anais IV Conedu**. Campina Grande - PB: Realize, 2017. v. 1. p. 1-12. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV073_MD1_SA2_ID8441_16102017235028.pdf. Acesso em: Dez./2018.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa. Edições 70. 1988.

BERNADO, Elisangela da Silva and CHRISTOVAO, Ana Carolina. Tempo de Escola e Gestão Democrática: o Programa Mais Educação e o IDEB em busca da qualidade da educação. **Educ. Real.**, vol.41, n.4, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edreal/v41n4/2175-6236-edreal-41-04-01113.pdf>. Acesso em: Maio/2018.

BRASIL. **Decreto nº 7.083** de 27 de janeiro de 2010. Dispõe sobre o Programa Mais Educação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7083.htm. Acesso em: Jun./2018.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases de Educação**. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em:
<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf> Acesso em:
 Maio/2018.

_____. Ministério da Educação. **Programa novo mais educação caderno de orientações pedagógicas- Versão I**. Brasília, 2017. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70831-pnme-caderno-de-orientacoes-pedagogicas-pdf/file>. Acesso em: Jun./2018.

_____. Ministério da Educação. **Programa novo mais educação caderno de orientações pedagógicas- Versão II**. Brasília, 2018.

_____. Ministério da Educação. **Portaria nº 1.144** de 10 de outubro de 2016. Institui o Programa Novo Mais Educação. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/docman/outubro-2016-pdf/49131-port-1144mais-educ-pdf/file>. Acesso em Jun./2018.

_____. **Portaria Normativa Interministerial nº 17**, de 24 de abril de 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/mais_educacao.pdf. Acesso em: Jun./2018.

_____. **Resolução CD/FNDE nº 17**, de 22 de dezembro de 2017. Disponível em:
http://www.imprensanacional.gov.br/web/guest/consulta?p_p_id=101&p_p_lifecycle=0&p_p_state... Acesso em: Maio/2018.

CAVALIERE; Ana Maria. Questões sobre uma proposta nacional de gestão escolar local. In: IV Congresso Luso Brasileiro, I Congresso Ibero Brasileiro, 2010, Elvas, Cáceres e Mérida. Anais. **Espaço Público da Educação: emergência de políticas práticas de gestão local, regional e nacional, 2010. v. 9. p. 1-11**. Disponível em:
 <<http://www.anpae.org.br/iberolusobrasileiro2010/cdrom/10.pdf>>. Acesso em: Out./2018.

CHIRINÉA, Andréia Melanda; BRANDÃO, Carlos da Fonseca. O IDEB como política de regulação do Estado e legitimação da qualidade: em busca de significados. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ., v. 23, n. 87**, Rio de Janeiro, p. 461-484, abr./jun. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v23n87/0104-4036-ensaio-23-87-461.pdf>. Acesso em: Nov./2018.

FARIA, T. C. F. Reflexões sobre a implantação do Programa Mais Educação na rede municipal de ensino de Natal, RN. **Quipus: Revista Científica das Escolas de Comunicação e Artes e Educação, UnP., Ano 1, n. 1**, Natal: Edunp, dez. 2011 / maio 2012. Disponível em: <https://repositorio.unp.br/index.php/quipus/issue/view/10>. Acesso em: Ago./2018.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GUARÁ, Isa M. É imprescindível educar integralmente. In: **Cadernos CENPEC. n.02**, São Paulo, 2006, p.77-85.

LUCK, Heloísa. **Concepções e Processos Democráticos de Gestão Educacional**. 9ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. 8º ed. Editora Atlas. São Paulo, 2003.

MENEZES; Janaína Specht da Silva; BRASIL, Rozineide Souza. Gestão democrática na escola: a participação no contexto da prática de um programa de educação em tempo integral. **Revista (online) de Política e Gestão Educacional**, v. 22, n. esp.1, Araraquara, p. 137-158, mar., 2018. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/10787/7195>. Acesso em: Abril/2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Edição digital. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

NOGUEIRA, Deissy Luzia Alves; ALMEIDA, Eliane Duarte de; PEREIRA, Maria Madalena Rodrigues; SILVA, Vanusa Rocha da. O planejamento como ato político e pedagógico na educação básica: um estudo de caso no município de Caculé-Ba. **Seminário Gepráxis**, v. 6, n. 6, Vitória da Conquista – Bahia – Brasil, 2017, p. 683-694. Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/semgepraxis/article/view/7248>. Acesso em: Ago./2018.

PARO, Vitor Henrique. A educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola. **Educ. Pesqui.** vol.36, n.3, 2010, p. 763-778. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=29815819008>. Acesso em: Abril/2018.